

PT

E-002319/2011

Resposta dada pela Alta Representante/Vice-Presidente Catherine Ashton
em nome da Comissão
(11.5.2011)

1. No contexto das restrições impostas à sociedade civil e às suas organizações, bem como da ausência de liberdade de expressão na Eritreia, espera-se que o projecto de apoio à Confederação Nacional de Trabalhadores Eritreus (CNTE), financiado pela UE, contribua para a criação de uma estrutura tripartida de diálogo socioeconómico a nível nacional e, por conseguinte, para a promoção de um diálogo social efectivo. Um dos objectivos do projecto CNTE consiste em desenvolver um sistema sólido de relações laborais que permita um diálogo social útil com os empregadores e o Governo, promovendo assim os interesses dos trabalhadores.

2. A Comissão Europeia elabora e executa o seu orçamento, e apresenta relatórios sobre essa execução, de acordo com princípios de gestão financeira que se baseiam nas melhores práticas internacionais. O orçamento da UE e os fundos extra-orçamentais geridos pela Comissão em nome dos Estados-Membros da União Europeia, tais como o Fundo Europeu de Desenvolvimento, são anualmente objecto de um processo de quitação pelo Parlamento Europeu, com base na recomendação do Conselho e na declaração de fiabilidade do Tribunal de Contas. As contas da UE baseiam-se em sistemas modernos de contabilidade de exercício, que integram tanto o orçamento da UE como o Fundo Europeu de Desenvolvimento. Além disso, a Comissão aplica controlos *ex-ante* e *ex-post* às suas transacções financeiras.

Mais especificamente, no que diz respeito à gestão dos recursos do FED, os programas são decididos conjuntamente pelo país beneficiário, a Comissão Europeia e os Estados-Membros da UE em conformidade com a estratégia de desenvolvimento subjacente, tal como previsto no Acordo de Cotonu. A execução dos programas está sujeita a vários mecanismos de controlo: as auditorias financeiras externas e as avaliações intercalares e financeiras executadas por consultores externos são obrigatórias e estão previstas nas convenções de financiamento. A UE utiliza também mecanismos adicionais de garantia da qualidade, como missões anuais de acompanhamento orientado para os resultados, a fim de avaliar a eficiência e a eficácia dos projectos. Por último, estão à disposição do público informações sobre as actividades no domínio dos contratos públicos, nomeadamente relatórios anuais sobre as actividades e avaliações temáticas.

A delegação da UE na Eritreia é particularmente prudente, utilizando todos os mecanismos de acompanhamento e auditoria à sua disposição. Em geral, pode afirmar-se que o dinheiro despendido na Eritreia é despendido correctamente.

Existem igualmente procedimentos para tratar os fundos não despendidos, tais como a recuperação, em 2010, no seguimento de uma auditoria financeira e de sistemas, de cerca de 90 000 EUR (mais de 50 %) do orçamento atribuído à Confederação Nacional de Trabalhadores Eritreus.

3. O diálogo social é um pré-requisito da boa governação e do desenvolvimento democrático, bem como um meio para atingir os objectivos nacionais na esfera económica e social e contribuir para as políticas de redução da pobreza. Ao facilitar um diálogo social no âmbito de um regime não democrático não estamos de forma alguma a legitimar tal regime (o Governo é o interveniente que detém o poder efectivo), mas sim a criar um espaço de manobra para que a cultura democrática possa despontar. Criar uma oportunidade de diálogo social numa sociedade onde há pouco ou nenhum espaço para opiniões divergentes representa já um passo em frente.

4. A Comissão Europeia continua preocupada com a situação dos direitos humanos na Eritreia. A continuação da detenção sem julgamento ou direitos de visita dos prisioneiros de consciência, a ausência de liberdade de imprensa, as fortes restrições à liberdade de expressão, as violações da liberdade religiosa e a não aplicação de disposições fundamentais da Constituição da Eritreia são algumas das questões que a União Europeia deplora profundamente. A Comissão acredita que a Eritreia só avançará

de forma significativa para o desenvolvimento económico e social quando melhorar a situação dos direitos humanos.

5. A decisão baseia-se numa avaliação cuidadosa e é regularmente reapreciada. De momento, a UE considera que, apesar dos desafios e riscos, a principal preocupação deverá ser a população da Eritreia. É igualmente importante dispor de uma oportunidade, proporcionada pela cooperação para o desenvolvimento, para estabelecer um diálogo com as autoridades da Eritreia, se a UE pretender ter alguma hipótese de influenciar a situação política. Através de certas intervenções no âmbito de projectos, a UE pode exercer influência em alguns sectores sensíveis, tais como os direitos dos trabalhadores e a justiça, em que a União pode desempenhar um papel activo através da assistência financeira que proporciona. A vontade de estar numa posição que lhe permita manifestar as suas preocupações em matéria de direitos humanos e governação é uma das razões pelas quais a UE mantém o diálogo com o Governo da Eritreia ao abrigo do artigo 8.º.

6. O diálogo político com a Eritreia ofereceu à UE a oportunidade de sublinhar que uma abordagem abrangente, o diálogo interno e a coesão social são questões vitais para que um governo possa congrega um verdadeiro apoio às suas políticas e melhorar a sua credibilidade a nível regional.